

TCE investiga prefeita de Presidente Figueiredo

Jonathan Ferreira

A gestão da prefeita Patricia Lopes (MDB) em Presidente Figueiredo (a 120 quilômetros de Manaus) é alvo de investigação do Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM) por supostamente interferir em uma licitação para contratação de merenda escolar no valor de R\$ 1 milhão. Conforme denúncia recebida pela Ouvidoria do TCE, a prefeita teria direcionado o pregão para favorecer os empresários que apoiaram sua campanha.

O uso irregular do dinheiro público é apontado no Pregão nº 012/2022 - SRP/CML, homologado pela prefeita em 21 de fevereiro de 2022. De acordo com a reclamação, a prefeita Patricia Lopes contratou três empresas que já tinha uma relação para fornecer materiais de consumo (gás, água, pão, refrigerante, entre outros) por mais de R\$ 1 milhão. A representação contra a prefeita foi publicada no Diário Oficial do TCE-AM no dia 24 de fevereiro.

Ainda conforme a denúncia, os proprietários das empresas Agromarcos Comercio Varejista de Produtos Alimentícios, CNPJ 11.362.024/0001-07; Daiane B. da Silvame, CNPJ 40.153.871/0001-60; e E.S Souza Comercio de Produtos Alimentícios; foram favorecidos no pregão por terem apoiado a campanha eleitoral da prefeita Patricia Lopes.

"Assim, ao fim, considerando os indícios de irregularidade na condução do certame, em razão do eleva-



Divulgação

Órgão aceitou denúncia contra a prefeita por supostamente favorecer empresários em licitação

do valor global e da possível relação entre a gestora e os licitantes, a representante requer o conhecimento e procedência da representação para que esta Corte de Contas exerça o controle externo com relação aos procedimentos licitatórios envolvendo os representantes, para garantir o cumprimento dos princípios da administração pública", diz trecho do documento.

O Tribunal de Contas do Amazonas aceitou a representação contra prefeita Patricia Lopes e dará sequência na investigação da denúncia.

Empresas

Conforme consta na Receita Federal, a empresa Agromarcos Comercio Varejista de Produtos Alimentícios, também conhecida como Hipermercado Agromarcos, é administrada por Marcos Quirino de Albuquerque e Renata Maria de Souza Rego, fun-

dada em outubro de 2009. A sede do estabelecimento fica localizada no bairro Tancredo Neves, em Presidente Figueiredo.

Conhecida como Panificadora Tafarel, a empresa Daiane B. da Silvame fica situada no bairro Orquideas, também em Presidente Figueiredo, e atua na região há pouco mais de um ano. O empreendimento é administrado por Daiane B. Da Silva.

O Mercadinho Sergio ou E.S Souza Comercio de Produtos Alimentícios, é uma empresa de pequeno porte de Presidente Figueiredo. O local é administrado pela empresária Eleunice Silva de Souza.

Esclarecimento

Por meio de nota, a Prefeitura de Presidente Figueiredo afirma que o contrato tem prazo de vigência de um ano e o valor previsto na contratação representa as estimativas

de consumo de todas as secretarias do município, incluindo todas as unidades de ensino. O órgão municipal ainda aponta que os itens licitados atendem as necessidades da merenda escolar.

"É papel do TCE admitir representações, isso não quer dizer que há irregularidade, pelo contrário, vai ser demonstrado que o certame transcorreu dentro da legalidade, a Prefeitura colaborará com a corte de contas no que for preciso, em virtude da transparência. Ademais, frisa-se, que o TCE se quer deu medida liminar pra suspender a contratação, o que reforça, preliminarmente, a licitude", diz trecho da nota.

Ao fim da nota, a Prefeitura de Presidente Figueiredo garante o compromisso da atual gestão em sempre cumprir com os princípios constitucionais dos procedimentos licitatórios realizados pelo Município.

DE OLHO NO PODER

O presidente do PSDB-AM, ex-senador e ex-prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, tomou a frente da batalha que vem sendo travada por políticos, pela iniciativa privada e a sociedade civil organizada em defesa da Zona Franca de Manaus (ZFM), diante do decreto federal que reduz em até 25% o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em todo o país, afetando diretamente a competitividade das indústrias instaladas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Na terça-feira (1º de março), Arthur e a Associação Comercial do Amazonas - ingressou com duas ações na Justiça Federal do Amazonas e no Supremo Tribunal Federal, respectivamente, para pedir a anulação do Decreto.

CURTIR

O programa +Crédito Amazonas por beneficiar mototaxistas com financiamento de até R\$ 5 mil. Os primeiros cheques já foram entregues aos profissionais, que enfrentam dificuldades no período da pandemia em arcar com a manutenção de suas motocicletas, para continuar a trabalhar e assim sustentar suas famílias.

NÃO CURTIR

O aliciamento de crianças para "trabalhar" para o tráfico de drogas do Amazonas. Na terça-feira (1º), uma criança de 10 anos foi apreendida pela polícia com drogas e a quantia em dinheiro de R\$ e R\$ 1.130. Segundo a polícia, a criança trabalhava para traficantes de Uru-curituba.